COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA N.º 101/2020 - PRESI

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ-COHAB/PA, usando de suas atribuições legais e estatutárias e, CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução de Diretoria nº 04/2019, de 15 de maio de 2019;

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 7/2020 GELOG- COHAB, datado de 08/06/2020, referente ao Processo Eletrônico nº 2020/390108; R E S O L V E:

1. CONCEDER à Gerente Executiva de Gestão de Serviços, ELIZABETH DE CARVALHO MELO, Matrícula nº 27200/1, a importância de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), para correr com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 60 dias após o recebimento, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO	PLANO INTERNO	FONTE	Nº AÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	VALOR (R\$ 1,00)
16 122 1297 8338	412.000.8338-C	0261000000	232632	339030-96	2.200,00
			232498	339039-96	500,00
TOTAL					2.700,00

2. DETERMINAR a prestação de contas que deverá ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias subsequentes ao término do período de aplicação. DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

Belém, 01 de julho de 2020.

ADLER GERCILEY ALMEIDA DA SILVEIRA

Diretor Presidente

Protocolo: 559219

PORTARIA N.º 102/2020 - PRESI

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ-COHAB/PA, usando de suas atribuições legais e estatutárias, CONSIDERANDO a pandemia do novo coronavírus COVID-19, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 06/02/2020; CONSIDERANDO os Decretos Governamentais nº 800, de 31.05.2020 e nº 670, de 07.04.2020, que Institui o Projeto RETOMAPARÁ, bem como medidas de austeridade fiscal, respectivamente;

CONSIDERANDO ainda o Ofício Circular SEI nº 2201/2020/ME, que dispõe acerca do retorno dos trabalhadores adolescentes às atividades práticas presenciais no período de pandemia, em consonância a Portaria Conjunta nº 20, de 18 de junho de 2020. R E S O L V E:

1. AUTORIZAR a realização de trabalho remoto na Companhia de Habitação do Estado do Pará-COHAB-PA, nos termos do 3º, do Art. 18 do Decreto Estadual nº 800/2020, aos empregados enquadrados nas seguintes hipóteses e que não tenham contraído a COVID-19:

- a) tenham idade maior ou igual a 60 (sessenta) anos;
- b) estejam grávidas ou sejam lactantes;
- c) portadores de Cardiopatias graves ou descompensados (insuficiência cardíaca, cardiopatia isquêmica), Pneumopatias graves ou descompensados (asma moderada/grave, DPOC), Imunodeprimidos, Doenças renais crônicas em estágio avançado (graus 3, 4 e 5), Diabetes mellitus e Doenças cromossômicas com estado de fragilidade imunológica.

1.1 - Os empregados enquadrados nas situações descritas nas letras "b" e "c" devem apresentar as provas documentais diretamente na Gerência Estratégica de Gestão de Pessoas - GEGEP, com exceção dos casos devidamente registrados anteriormente;

1.1.1 - Os empregados pertencentes ao grupo de risco que já tenham contraído a COVID-19, passado o período de isolamento médico e comprovado que não estejam mais com vírus ativo, deverão retornar ao expediente presencial.

2. DETERMINAR a retomada das atividades presenciais de estagiários e aprendizes, observando o que dispõe o Ofício Circular SEI nº 2201/2020/ME.

3. FICA autorizado o afastamento dos empregados da Companhia de Habitação do Estado do Pará, que apresentem febre ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais), observadas as seguintes condições:

- a) o empregado enquadrado no item 3, deverá comunicar por escrito a GEGEP, preferencialmente por email, descrevendo os sintomas apresentados, sendo imediatamente liberado para tratar de sua saúde, devendo contudo, no dia de seu retorno, apresentar o respectivo atestado médico ao Serviço Médico da Companhia, referente ao tempo de sua ausência ao trabalho;
- b) a não apresentação do atestado médico que justifique o tempo de afastamento pelo empregado, implicará em registro de faltas injustificadas;

4. OBSERVADAS as demandas de trabalho em cada Diretoria, os titulares das mesmas devem demandar sobre a concessão do gozo de Licença Prêmio, bem como de gozo de férias, sem prejuízo ao serviço e atendimento a população.

5. EXPEDIENTE da Companhia de Habitação do Estado do Pará será de 9h00 às 15h00, sem prejuízo de complementação de jornada após o re-

ferido horário.

6. CASOS omissos serão resolvidos pela Companhia de Habitação do Estado do Pará;

7. ESTA Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e poderá ser revista a qualquer tempo, de acordo com a evolução epidemiológica do COVID-19.

8. REVOGAR os efeitos das Portarias 057/2020 - PRESI e 060/2020 - PRESI.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

Belém, 07 de julho de 2020.

ADLER GERCILEY ALMEIDA DA SILVEIRA

Diretor Presidente

Protocolo: 559482

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

Nº do Termo Aditivo: 10º (décimo)

Nº do Contrato: 08/2015

Valor do Contrato Original: R\$ 18.750,00 (dezoito mil, setecentos e cinquenta reais),

Objeto e Justificativa do Aditamento: Prorrogação de Prazo - Art. 57, II, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Vigência: 30.06.2020 a 30.07.2020

Partes: Companhia de Habitação do Estado do Pará x Banco do Estado do Pará S/A

Data da assinatura: 30.06.2020

Adler Gerciley Almeida da Silveira

Diretor Presidente

Protocolo: 559384

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS

PORTARIA

PORTARIA N.º 121/2020 - GABINETE/FAPESPA, de 07 de Julho de 2020.

O Diretor-Presidente da FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA, no exercício de suas atribuições legais previstas no art. 7º da Lei Complementar Estadual nº 061, de 24/07/2017, e alterações posteriores.

Considerando os termos do Decreto Estadual Nº 687, DE 15 DE ABRIL DE 2020, publicado no DOE Nº 34.184 DE 15 DE ABRIL DE 2020- edição extra, que declarou o estado de Calamidade Pública no território do Estado do Pará, em virtude do desastre classificado e codificado como doenças Infecciosas Virais - COBRADE 1.5.1.1.0, conforme IN/MI nº 02/2016/ SEDEC;

Considerando que, nos termos do Decreto Estadual 609, de 16 de Abril de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento, no âmbito do Estado do Pará, à pandemia do corona vírus COVID-19, os titulares dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta poderão autorizar a realização de trabalho remoto aos servidores que se encontrem no grupo de risco, como é o caso das grávidas e lactantes;

Considerando que a previsão de trabalho remoto para servidora pública lactante, enquadrada em grupo de risco, não foi revogada pelos Decretos estaduais posteriores;

Considerando que, de acordo com o Decreto Estadual DECRETO Nº 800, DE 31 DE MAIO DE 2020, publicado no DOE Nº 34.271, DE 02 DE JULHO DE 2020- edição extra, os servidores ocupantes de cargos de chefia deverão retornar ao expediente presencial em 25 de maio de 2020, para fins de coordenação e planejamento do retorno gradual das atividades presenciais, mediante a implantação de medidas de proteção e protocolo de distanciamento controlado;

Considerando o término da licença-maternidade da Procuradora-Chefe desta Instituição em 20/04/2020 (PORTARIA 328/2019- GABINETE/FAPESPA), período crítico da pandemia no Município de Belém;

Considerando a sua impossibilidade de comparecimento presencial a esta Fundação pública, em razão de sua especial condição de lactante (grupo de risco);

Considerando, porém, ser imprescindível a presença in loco do Procurador-Chefe, já que a atividade de assessoramento jurídico no âmbito do Poder Executivo foi enquadrada como essencial, não podendo sofrer qualquer tipo de interrupção;

RESOLVE:

PRORROGAR a contar de 20/04/2020 os termos da PORTARIA 262/2019- GABINETE/FAPESPA publicada no DOE de 27/09/2019, que designou o servidor Rosivaldo Batista Filho para responder pela Chefia da Procuradoria da FAPESPA, até o retorno presencial da titular, NÁGILA DA SILVA SAUAIA